

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i22.539>

**AS NOÇÕES DE PROGRESSO DO IMPÉRIO À REPÚBLICA:** transformações recônditas em uma mesma terminologia<sup>1</sup>

**THE NOTIONS OF PROGRESS FROM EMPIRE TO REPUBLIC:** recondite transformations in the same terminology

**LOS CONCEPTOS DE PROGRESO DEL IMPERIO A LA REPÚBLICA:** transformaciones recônditas en la misma terminología

ANDRÉ NUNES DE AZEVEDO

Doutor em História Social da Cultura pela PUC-RIO

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[azevedoemigrante@gmail.com](mailto:azevedoemigrante@gmail.com)

**Resumo:** A palavra progresso teve o seu campo semântico redimensionado ao longo do período da passagem da Monarquia à República. Durante o período imperial, o valor maior a ser cultivado pela elite política brasileira era a ideia de construção de uma nação civilizada. A noção de progresso ainda se tornara autônoma à ideia de civilização, e não se encontrava centrada na ideia de desenvolvimento material. Com o advento da República e de uma série de transformações presentes no Brasil e no Rio de Janeiro de fins do século XIX, a ideia de progresso ganha autonomia, passa a se encontrar cada vez mais centrada na perspectiva de modernização e de desenvolvimento material da sociedade brasileira e carioca.

**Palavras-chave:** Progresso. Civilização. Rio de Janeiro. Monarquia. República.

**Abstract:** The word progress had its semantic field changed through the period of transition from monarchy to republic. During the imperial period, the highest value to be cultivated by the Brazilian political elite was the idea of building a civilized nation. The notion of progress yet had become autonomous apart the idea of civilization, and was not focused on idea of material development. With the arrival of the Republic and a number of changes present in Brazil and in Rio de Janeiro in the late nineteenth century, the idea of progress became independent starting to increasingly set on the modernization perspective, and material development of Brazilian and carioca society.

**Keywords:** Progress. Civilization. Rio de Janeiro. Monarchy. Republic.

**Resumen:** La palabra progreso tuvo su campo semántico cambiado a lo largo del período del pasaje de la Monarquía a la República. Durante el período imperial, el mayor valor a ser cultivado por la élite política brasileña era la idea de construcción una nación civilizada. La noción de progreso todavía se ha hecho autónoma a la idea de civilización, y no se centraba en la idea de desarrollo material. Con el advenimiento de la República y de una serie de cambios presentes en Brasil y en Río de Janeiro en finales del siglo XIX, la idea de progreso obtiene autonomía y pasa a encontrarse cada vez más centrada en la perspectiva de modernización y de desarrollo material de la sociedad brasileña y carioca.

**Palabras clave:** Progresso. Civilización. Río de Janeiro. Monarquía. República.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em agosto de 2016 e aprovado para publicação em novembro de 2016.

Entre o período monárquico e a Primeira República o termo progresso foi amplamente utilizado, sendo presente na língua portuguesa em ambos os períodos<sup>2</sup>. Não obstante, por trás da terminologia de uso corrente nesses momentos distintos, abrigaram-se significações distintas. É a natureza da distinção o nosso escopo de investigação. O faremos analisando, sobretudo, a maneira com que a elite política de cada um desses regimes percebia a noção de progresso, que dava nota dos valores políticos maiores a orientarem cada um deles, conferindo destaque no caso republicano ao governo de Rodrigues Alves, responsável pelo momento de maior exaltação do progresso no Brasil. Durante o período monárquico, a noção de progresso esteve relacionada a um campo de significados relativos à ideia de civilização, valor maior cultivado pela elite política desse regime<sup>3</sup>, empenhada que fora no processo de construção da ideia de nação no Brasil, uma tarefa evocada por essa elite no período, onde contava com grande homogeneidade de formação e valores<sup>4</sup>. Na República, em especial no período de maior culto à ideia de progresso, durante o Governo do Presidente Rodrigues Alves, essa noção alcançaria nova dimensão, uma vez que o governo do presidente guaratinguetaense avocou a si a tarefa de legitimar um regime que sofria com forte impopularidade quando assumira a chefia do poder executivo nacional<sup>5</sup> e, para tanto, entre outros intuitos<sup>6</sup>, levou a cabo uma Grande Reforma Urbana na Capital Federal, a fim de inscrever no espaço urbano da cidade o que entendia como sendo os signos do progresso.

### **As noções de progresso e civilização nos discursos da elite política brasileira do período imperial**

O termo “progresso”, tal como concebido pelo Imperador e pela elite política formada no bacharelismo brasileiro,<sup>7</sup> ainda não se tornara autônomo à ideia de civilização,

---

<sup>2</sup> Marcamos aqui que a orientação teórica que informa a forma de produção de conhecimento presente nesse texto advém da tradição **neoromântica** alemã, mais precisamente da hermenêutica do filósofo da História Hans George Gadamer. Para um dimensionamento da hermenêutica dos textos proposta por esse estudioso, ver: GADAMER, Hans G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>3</sup> Cf. MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a construção do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 2-3.

<sup>4</sup> Cf. CARVALHO, José M. de. *A construção da ordem*. São Paulo: Campos, 1980.

<sup>5</sup> Cf. CARVALHO, José M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

<sup>6</sup> Uma listagem desses intuitos pode ser encontrada em uma miríade de livros sobre o assunto, entre os quais podemos destacar aqui o trabalho de Benchimol. Ver: BENCHIMOL, Jaime. *Pereira passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

<sup>7</sup> Sobre o bacharelismo, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

aparecendo, portanto, a esta estreitamente vinculado. Com efeito, a palavra “progresso” foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à ideia de civilização, à qual estavam ligadas as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material. Esta subsunção da ideia de progresso às significações próprias do termo “civilização” pode ser percebida tanto nos discursos da elite política brasileira como nos pronunciamentos do Imperador, nos quais a palavra “progresso” é utilizada para além do significado de desenvolvimento material. É como podemos observar no discurso do Deputado Teixeira da Rocha a propósito da reforma do ensino superior, no qual defende a liberação da presença dos alunos nas aulas regulares.

Consta-me na reforma que se projeta do ensino superior do país, não há determinação de número certo e prefixo de anos para os tirocíneos escolares; porém sim de número certo de matérias. Será um grande passo nas vias do progresso: bem vinda seja a salutar inovação.<sup>8</sup>

No discurso de Rocha, a palavra “progresso” figura como desenvolvimento da educação, da formação de pessoal, um elemento fundamental da ideia de civilização.

Da mesma forma, ela aparece aplicada pelo Imperador somente mudando a alusão ao tipo de educação, de superior à básica. Vejamos: “A instrução pública em geral e a profissional, acomodada às atuais circunstâncias, exigem providências de que muito exige o nosso **progresso**.”<sup>9</sup>

A palavra é referida não somente à instrução, sendo também utilizada quando designando um avanço que se consideraria moral. Quando alude à Lei da Abolição da Escravidão no Brasil, o Imperador classifica-a como um “progresso”, fazendo referência ao avanço moral que esta encetaria na sociedade brasileira. Como vemos no trecho abaixo:

Podemos desvanecer-nos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os Meus sofrimentos físicos. O Brasil deu por este ato novo testemunho de sua idoneidade para todos os progressos morais.<sup>10</sup>

De forma distinta, quando tencionava fazer referência ao processo de desenvolvimento material, o termo usado não era “progresso”, mas sim “prosperidade”, o que

---

<sup>8</sup> ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Câmara dos Srs. Deputados. *Sessão Extraordinária de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875. p. 225.

<sup>9</sup> Ver: Fala do Trono. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. *Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice*. De 1 a 20 de novembro de 1888. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 4. (grifo nosso)

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 3.

dá nota do significado da palavra para elite política formada no bacharelismo brasileiro. É como aparece nos discursos do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, quando aborda a questão tributária:

Todos compreendem que se não é fácil a criação ou o aumento de impostos ainda nas épocas de prosperidade ou de maior produção e riqueza, muito difícil se torna quando as condições de um país não são prósperas e folgadas, para não dizer embaraçosas ou críticas<sup>11</sup>.

Ou ainda:

A tarefa seria menos difícil, se não me corresse a obrigação de aditar à exposição dos trabalhos do tesouro algumas considerações, com o intuito de chamar vossa atenção para o estado econômico do país, que, segundo penso, não pode ser considerado próspero<sup>12</sup>.

Da mesma forma, na Fala do Trono, por ocasião da abertura extraordinária da Assembléia Geral em 1875, o Imperador utiliza a palavra “prosperidade”, quando intenciona aludir ao desenvolvimento material do país: “É sempre animado de ardente fé na proteção do todo poderoso, e com a maior confiança em vossa ilustrada dedicação, que espero o concurso da Assembléia Geral para continuarmos a promover a **prosperidade** de nossa pátria”<sup>13</sup>.

Ainda, quando o Imperador faz referência ao impulso de crescimento econômico que o Brasil conta por força de suas riquezas naturais: “Ao vosso patriotismo nos trabalhos desta sessão corresponderá durante o intervalo legislativo, assim o espero, vosso benéfico impulso para que ainda mais frutifiquem em nossa pátria os poderosos elementos de **prosperidade** que nos foram dados por Deus”<sup>14</sup>.

E quando se refere às condições materiais do país: “A Situação interna é **próspera** em geral, gozamos de tranquilidade”<sup>15</sup>.

Também, era comum no Império que a elite política brasileira, ao aludir ao ideal de desenvolvimento material, o fizesse percebendo-o como parte do avanço da civilização e

---

<sup>11</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Manuel Pinto de Souza Dantas. Ata da sessão de 28 de abril de 1883. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado, 1880-1884. v. 11. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 201.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 209.

<sup>13</sup> Fala do Trono na Sessão Imperial de Abertura Extraordinária da Assembléia Geral em 16 de março de 1875. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875. p. 7.

<sup>14</sup> Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. *Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice*. De 1 a 20 de novembro de 1888. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 4. (grifo nosso).

<sup>15</sup> Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. *Quarta sessão da vigésima legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 4. (grifo nosso).

não somente como uma finalidade *per se*. Mais do que propiciadora de enriquecimento, a prosperidade colaboraria no processo de melhoria política, social e cultural. É o que podemos notar no discurso do Deputado Andrade Figueira, a propósito da expansão das linhas férreas para o interior:

Não eram unicamente as vantagens econômicas, por demais manifestas, que deviam inspirar o governo do país nesta preferência, mas sobretudo as vantagens morais e civilizadoras de atrair e condensar aos pontos próximos as populações esparramadas no interior, meio de tornar efetivas as garantias sociais e legais e possíveis as reformas pelas quais tanto se clama<sup>16</sup>.

A civilização também era percebida como um processo, um movimento lento e gradual rumo ao aperfeiçoamento do sistema político. O desenvolvimento da civilização em âmbito político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização. Segundo o Conselheiro Visconde de Jaguarí, em resposta à solicitação do Imperador ao Conselho de Estado quanto a reforma do sistema eleitoral:

O censo exigível para que o cidadão possa ser considerado eleitor, realizada a reforma do sistema eleitoral pelo voto direto, basta que seja o primitivo estabelecido pela constituição pelo artigo noventa e dois no parágrafo quinto para o votante nas assembleias primárias de paróquia, isto é, cem mil réis de renda líquida anual, desaparecendo a distinção feita entre o votante daquelas assembleias e o eleitor; distinção hoje desnecessária, atento ao **progresso da civilização** e outras circunstâncias, que têm facilitado a intervenção do cidadão na escolha dos seus representantes<sup>17</sup>.

A visão gradualista do desenvolvimento da civilização brasileira era dominante na elite política nacional. Mesmo os setores vinculados à monarquia mais empenhados na modificação da estrutura política do Império buscavam operar as reformas com a preocupação explícita de não afetar o equilíbrio político das instituições com medidas que pudessem causar sobressaltos em grupos politicamente relevantes no cenário nacional. Isto pode ser percebido no discurso do Presidente do Conselho dos Ministros, Visconde de Ouro Preto, empenhado, nos últimos meses do Império, em cumprir um programa de reformas, mas com a nítida preocupação de não melindrar grupos políticos vinculados ao partido conservador. Segundo

---

<sup>16</sup> Ver: discurso do Deputado Andrade Figueira na sessão de 7 de julho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da décima quarta legislatura. Sessão de 1871. Tomo 5. Apêndice. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1871. p. 49. (grifo nosso).

<sup>17</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Jaguarí. Ata da sessão de 7 de novembro de 1878. In: RODRIGUES José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado*: Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880. v.10. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 143. (grifo nosso).

Ouro Preto, que especulava sobre a possibilidade de dissolver a Câmara de maioria conservadora:

Não dissolver a Câmara, na qual tem grande maioria o partido conservador, cuja divisão intestina foi confessada, seria abandonar a política reformista que se inaugurou.

Mais isso importaria passo grave e quiçá perigoso ante as irrecusáveis manifestações da opinião nacional em prol das alterações do nosso regime político e administrativo, que expus a Vossa Magestade, quando se dignou ouvir-me antes de cometer-me a penosíssima tarefa de uma organização ministerial.

A nação, Senhor, está trabalhada por um largo espírito reformador; derivado exatamente do **progresso da civilização** brasileira, exigindo a adoção de medidas que não se amoldariam à índole do partido conservador, sob pena de desvirtuar-se a missão deste partido em detrimento do equilíbrio e manejo regular do regime constitucional representativo<sup>18</sup>.

O gradualismo reformista seria a tônica do *progresso e desenvolvimento da civilização brasileira*. Tal progresso e desenvolvimento da civilização seriam ainda o fator possibilitador do reformismo, o que revela, como já se demonstrou através da análise lexicográfica, a percepção da ideia de ordem e vigência da lei como um dos fundamentos da ideia de civilização. Pois somente seria possível reformar a estrutura política do país por ter-se anteriormente a construído com base em uma ordem política capaz de absorver os conflitos. Do contrário, retornar-se-ia aos golpes e tentativas de revolução, práticas política percebidas como estranhas ao que se concebia como civilização brasileira.

Por outro lado, um sistema político que seria considerado ineficiente ou inadequado comprometeria uma dada civilização, sendo, portanto, a sua reforma uma condição do aperfeiçoamento desta. Segundo o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, que considerava questões relativas à reforma eleitoral:

Fui dos que promoveram entre nós a eleição direta e fiz quanto pude para torná-la aceita na opinião, desejo vê-la decretada nas convenientes cláusulas censitórias como um dos meios de obviar à perversão dos atuais costumes políticos. Reputo urgente essa reforma e quando não dê ela o desejado efeito, pugnaria por outras medidas tendentes a remediar um estado de coisas, que desabona a nossa educação política e chega mesmo a depor contra a civilização do Brasil<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Ouro Preto na abertura da sessão de 15 de junho de 1889. Ata da sessão de 15 de junho de 1889. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado, 1884-1889*. v. 12. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 240-241. (grifo nosso).

<sup>19</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Paulino José Soares de Sousa. Ata da sessão de 28 de fevereiro de 1880. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880*. v. 10. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 213.

Desta maneira, o fundamento do que se entendia por civilização brasileira em nível político é um tipo de organização política baseada na ideia de ordem, de império da lei e de instituições que sejam capazes de absorver os conflitos presentes no seio das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, afastar as possíveis erupções sociais provenientes seja da plebe ou das camadas médias urbanas.

Além do aspecto político, as ideias de civilização e progresso também abrangiam o campo social. Uma sociedade, para ser considerada civilizada, deveria encontrar-se em uma situação na qual as diferenças sociais não fossem por demais acentuadas e onde os que nela habitassem possuíssem um mínimo de dignidade e proteção do Estado.

No Brasil, a questão social avultava com a problemática da escravidão. Joaquim Nabuco foi o homem público que mais se debruçou sobre esta contradição da sociedade brasileira, denunciando com veemência a sua inadequação política, econômica, moral e social para uma sociedade que se pretendia “civilizada”. Segundo Nabuco:

É, com efeito, difícil hoje a um liberal ou conservador, convencido dos princípios cardeais do desenvolvimento social moderno e do direito inato – no estado de civilização – de cada homem a sua liberdade pessoal, e deve sê-lo muito mais para um republicano, fazer parte homogênea de organizações em cujo credo a mesma natureza humana pode servir para a base da democracia e da escravidão, conferir a um indivíduo, ao mesmo tempo o direito de tomar parte no governo do país e o de manter outros indivíduos – porque os comprou ou os herdou – em abjeta subserviência forçada, durante toda a vida. Conservadores constitucionais; Liberais, que se indignam contra o governo pessoal; Republicanos, que consideram degradante o governo monárquico da Inglaterra e da Bélgica; exercitando dentro das porteiras da sua fazenda, sobre centenas de entes rebaixados de sua dignidade de pessoa, poder maior que o de um chefe africano nos seus domínios, sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeito, irresponsável [...].<sup>20</sup>

E, ainda, denunciando a escandalosa contradição entre a vigência da instituição escravidão e o caráter “civilizado” do Brasil, mesmo após a aprovação da Lei do Ventre Livre:

Foi somente oito anos depois, que essa apatia começou a ser modificada e se levantou uma terceira oposição a escravidão; dessa vez, não contra os seus interesses de expansão, como era o tráfico, ou as suas esperanças, como a fecundidade da mulher escrava, mas diretamente contra as suas posses, contra a legalidade e a legitimidade dos seus direitos, contra o escândalo de sua existência em um país civilizado e a sua perspectiva de embrutecer o ingênuo na mesma senzala onde embrutecera o escravo.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*: conferências e discursos abolicionistas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1978. p. 12-13.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 5.

Diante dessa constatação, Nabuco defendeu a imigração como remédio às sequelas políticas e sociais que previa que a escravidão deixaria ao Brasil<sup>22</sup>. A seu juízo, somente assim, o Brasil poderia minorar aquilo a que se referira como “mancha de Caim”<sup>23</sup>, uma pecha no processo de afirmação de uma civilização brasileira.

Portanto, no entender de Nabuco, a escravidão seria um entrave ao desenvolvimento da civilização, sendo, conseqüentemente, uma barreira ao “progresso”, palavra que o intelectual pernambucano utiliza em *O Abolicionismo* com o sentido de desenvolvimento das ideias, do pensamento: “A escravidão, como é incompatível com a imigração espontânea, também não consente o fluxo das ideias novas. Incapaz de invenção, ela é, igualmente, refratária ao progresso”<sup>24</sup>. A palavra também aparece na pena de Nabuco com o sentido de avanço no campo dos valores sociais: “Os abolicionistas, animando os escravos a confiarem nos **progressos da moralidade social**, não lhes incutem uma esperança positiva, definida a prazo certo, de cujo naufrágio possa resultar o desespero que se receia; [...]”<sup>25</sup>

Enfim, para o publicista da abolição, civilização significava antes de mais nada uma ordem política baseada em homens livres, cidadãos com liberdade de reflexão, expressão, organização e ação, igualdade perante a lei e um mínimo de dignidade social, como preconizava o paradigma de nação civilizada no qual se inspirava: a Inglaterra com a sua monarquia liberal. Cabe lembrarmos que esses elementos de uma sociedade liberal de homens livres dariam nota do que entendia como “progresso da moralidade social”, elemento central da ideia de civilização.

### **O Desenvolvimento das ideias de Progresso e de Civilização em Fins do Império**

No dicionário de Caldas Aulete, editado em 1881, o termo **progresso** ainda não aparece abrangendo a ideia de desenvolvimento material. Segundo Aulete:

Marcha ou movimento para diante. Desenvolvimento, continuação ou acrescentamento de uma ação: os progressos de um incêndio, de uma inundação. Vantagem obtida, bom êxito. Adiantamento, aperfeiçoamento: o progresso das ciências. Aumento progressivo e gradual. Movimento progressivo da civilização e das instituições políticas; tendência do gênero humano para a sua perfeição, para a felicidade. Progresso do tempo, o decurso ou o correr do tempo: ‘Uma cidade que com o progresso do tempo subiu a grande empório’. Fazer progressos. progredir,

<sup>22</sup> Ibid., p. 7 e 201.

<sup>23</sup> Ibid., p. 1.

<sup>24</sup> Ibid., p. 169.

<sup>25</sup> Ibid., p. 40. (grifo nosso).

adiantar-se: ‘[...] um aluno que faz progresso de dia para dia’. Ir em progresso, ir em aumento. Do latim *progressus*.<sup>26</sup>

Além dos significados de sucessão temporal: aumento gradual, aperfeiçoamento e movimento adiante, cerne da ideia de progresso, o texto explicativo do verbete alude ao “movimento da civilização”, o que demarca a imbricação entre esta ideia e a de progresso<sup>27</sup>. Uma ideia que, como podemos ver pelas edições já expostas do dicionário Moraes, encontrava-se no período imperial associada mais aos valores espirituais e políticos pertinentes à ideia de civilização – instituições políticas, artes, ciência – do que ao desenvolvimento material, significado que não consta em nenhum dos dicionários editados no período imperial.

Somente em 1890 é que a palavra “progresso” aparece em um lexicógrafo com o sentido de melhoramento material. Isto ocorre na 8ª. edição do dicionário Moraes. Nela, o termo **progresso** assim consta:

Movimento para diante. Continuação, aumento, desenvolvimento: o progresso da obra; o progresso do incêndio. Desenvolvimento progressivo das ideias políticas e sociais em bem da sociedade. O conjunto dos melhoramentos materiais que tanto têm enaltecido a moderna civilização. O progresso das artes, das indústrias, das ciências, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Progresso do tempo; o decorrer do tempo. adiantamento em proveito: ‘O comércio fez.....’ O progresso da vida; o progresso da idade, continuação, sucessão continuada, com aumento a bem, ou mal, ou no mesmo estado. Fazer progressos; progredir; adiantar-se. Fazer progressos na virtude; tornar-se cada vez mais virtuoso; ir em progresso; em aumento, cada vez mais ou melhor.<sup>28</sup>

Nesse texto, uma novidade sobressai, a significação relativa a desenvolvimento material figura pela primeira vez, assim como a alusão ao progresso da indústria. Antes, a ideia de desenvolvimento material encontrava-se nos dicionários da Língua Portuguesa somente ligada à palavra “civilização”. No entanto, a semântica da palavra não se desvincula de ideias pertinentes ao campo da civilização, como arte, ciência, virtude e ideias políticas. Tal vinculação está presente também em um sinônimo de “progresso”, a palavra **desenvolvimento**. No texto explicativo do verbete da 8ª. edição do dicionário Moraes ele assim aparece:

<sup>26</sup> AULETE, Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*: feito sobre um plano inteiramente novo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Verbo progresso.

<sup>27</sup> Optamos aqui em não expor e comentar o texto explicativo do verbete civilização no dicionário de Caldas Aulete (1881) e no Moraes (1890), a fim de não tornar o texto repetitivo e maçante, uma vez que a significação do termo não apresenta modificação substancial em face da última edição por nós analisada, a 7ª. edição do dicionário Moraes de 1877.

<sup>28</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. 8. ed. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1890. Verbo progresso.

Ação ou efeito de desenvolver ou de se desenvolver. Crescimento, incremento. Abrimento de uma flor. Ação de ampliar ou explicar alguma coisa. Prolongamento, extensão. Crescimento dos povos organizados, aperfeiçoamento, aumento: 'desenvolvimento da civilização'. Cultura intelectual; progresso nas letras, artes, indústria, comércio.<sup>29</sup>

A ideia de progresso continua subsumida à de civilização, no entanto, já se observava uma novidade no campo semântico do termo – a ideia de desenvolvimento material - que, como veremos, ao longo da primeira década da República, irá, cada vez mais, constituir-se no principal significado da palavra “progresso”.

Durante o Segundo Reinado, no último terço do século XIX, a ideia de progresso começou a ganhar espaço na sociedade brasileira, seja pela sua difusão nas sociedades europeias, modelo de civilização para o Brasil, seja pelo seu caráter superior, meta-histórico, capaz de figurar como um elemento agregador da diversidade política, seja pelo desenvolvimento das obras de infraestrutura no Brasil e do campo técnico no Rio de Janeiro, que já apontavam para o redimensionamento do campo semântico da palavra.

A ideia de progresso, não obstante ter merecido cada vez mais destaque nas últimas décadas do Império, não se desenvolveu de maneira autônoma. Sua relevância e seu reconhecimento social e político encontravam-se subordinados à ideia de civilização, sem a qual a ideia de progresso não teria sentido, uma vez que a razão de ser do progresso seria conduzir o Brasil à civilização ou, em uma visão mais otimista, ao aperfeiçoamento de uma civilização brasileira.

### **Transformações presentes na República**

Com o advento da República, uma série de transformações estiveram em curso. A mais importante delas, responsável por grande impacto na economia, foi a abolição da escravidão, um ano antes da instituição do novo regime, em 1888. O fim da escravidão liberou a economia brasileira para a hegemonia do capitalismo. No entanto, mais do que isso, foi a responsável pela política econômica do Encilhamento, timidamente iniciada com o Gabinete de Ouro Preto, ainda no último ano do Império. Essa gestão da economia brasileira inicia a descentralização da emissão monetária nacional a fim de responder à crise iniciada com a abolição da escravidão, que deixou a descoberto os credores do país, pois uma parte

---

<sup>29</sup> SILVA, op. cit. Verbete desenvolvimento. No dicionário Caldas Aulete 1881 o termo desenvolvimento também aparece com o mesmo teor: *Desenvolvimento do comércio, da instrução. Cultura intelectual, civilização*. Ver AULETE, op. cit. Verbete desenvolvimento.

expressiva das cauções das dívidas contraídas no Brasil estavam lastreadas na propriedade escrava<sup>30</sup>, volatilizada de um dia para o outro, em maio de 1888. Com o advento da República, na gestão ministerial de Rui Barbosa, a política de descentralização das emissões monetárias se radicaliza, dando margem ao fenômeno do Encilhamento, no qual uma injeção de crédito farto e fácil tomou o mercado brasileiro<sup>31</sup>. Nos anos iniciais o Encilhamento foi responsável por uma euforia na população do Distrito Federal, onde se afirmou a crença de que um cidadão atento e disposto ao trabalho poderia prosperar materialmente. Na realidade, mais do que isso. O Encilhamento foi um dos maiores responsáveis por uma mudança no padrão de legitimação social vigente na capital brasileira<sup>32</sup>. Ao estimular o enriquecimento e, mesmo, gerar riquezas, ainda que nem sempre duradouras, o Encilhamento passou a tributar cada vez mais valor a posse de bens materiais e a reconhecer o valor social dos indivíduos através dos símbolos de riqueza que ostentava<sup>33</sup>. Assim, foi responsável pelo desencadeamento de uma busca e valorização constante da aquisição material, e do que mantinha correlação com essa dimensão da vida<sup>34</sup>. O arrivismo e o smartismo vicejaram fortemente na sociedade da Capital Federal<sup>35</sup>, e os escândalos de corrupção por enriquecimento ilícito se avultaram, traduzidos constantemente em notícias de periódicos<sup>36</sup>. A febre do progresso estava instalada, e entidades politicamente influentes na sociedade articularam o seu culto, como foram os casos do Clube de Engenharia, do PRP – Partido Republicano Paulista, no poder entre 1894 e 1906, e diversos periódicos de vulto no Rio de Janeiro, entre os quais se destaca o *Jornal do Commercio* e, especificamente no Governo Rodrigues Alves, a *Gazeta de Notícias*<sup>37</sup>. Com efeito, a civilização deixava de ser o valor maior a ser perseguido pela elite política nacional. O progresso assumia esse papel. Foi

---

<sup>30</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical, a renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 169.

<sup>31</sup> Cf. LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 454. Cf. LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 105.

<sup>32</sup> Para maior clareza de como o Encilhamento reordenou o padrão de legitimação e reconhecimento social na Capital Federal, ver: SVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 36-57.

<sup>33</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959. v. 1, p. CXXVII.

<sup>34</sup> O impacto do Encilhamento no espírito da população carioca é muito bem representado em um romance escrito por Taunay, designado como *O Encilhamento*. Taunay escreve sobre o codinome Heitor Malheiro. Ver: MALHEIROS, Heitor. *O Encilhamento: Scenas contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães - Editor, 1894.

<sup>35</sup> Cf. FREYRE, op. cit., p. CXIX-CXX.

<sup>36</sup> A respeito de tais escândalos ver: FARIA, Fernando A. *Os vícios da Reforma(s) pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

<sup>37</sup> Sobre as posições desses jornais citados, ver: EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2003. Para o *Jornal do Commercio*, p. 559-566. Para *Gazeta de Notícias*, p. 567-574.

através dele que o novo regime buscou a sua legitimação política. A República marcaria o progresso, seria o advir, o futuro em superação do passado monárquica e colonial. Os discursos presentes na sociedade da Capital Federal nesse período – sobretudo no governo de Rodrigues Alves, que levou o culto ao progresso ao seu ápice durante a Grande Reforma Urbana que patrocinou no Rio de Janeiro – deram nota dessa disposição do novo regime.

### **A ideia de progresso durante o período da Primeira República através das mensagens do Presidente durante o período da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**

Em um dos principais canais de comunicação institucional entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, as chamadas “Mensagens do Presidente”, Rodrigues Alves participou ao parlamento brasileiro sobre o andamento das iniciativas do poder executivo federal, ao mesmo tempo em que manifestou as intenções que estariam presentes em tais iniciativas. Com efeito, as “Mensagens do Presidente ao Congresso Nacional” podem ser percebidas como relatório e/ou carta de intenções do Presidente da República para com a sociedade brasileira através dos seus representantes. Nessas mensagens o tema da reforma urbana aparece algumas vezes, sendo, na maioria dos casos, associado com a ideia de progresso, uma noção que, distintamente dos discursos da elite política imperial, aparece associada à ideia de desenvolvimento material.

Ao longo dos quatro anos em que enviou suas mensagens ao Congresso Nacional, uma questão foi recorrente nos textos de Rodrigues Alves, trata-se da questão relativa ao papel do Rio de Janeiro diante do país. Vejamos uma das mensagens do Presidente da República, realizada em maio de 1903:

Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração, no conceito do mundo será o início de vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, e explorações remuneradoras para todos os capitais<sup>38</sup>.

Nesta mensagem o Presidente Rodrigues Alves trata o Rio de Janeiro como uma espécie de “nó górdio” da nação, enfatizando que, se os seus defeitos impedem o desenvolvimento do Brasil, a cidade, uma vez restaurada, levará inevitavelmente toda a nação ao progresso material, fim maior que as elites dirigentes republicanas desejavam alcançar com a sua reforma urbana. O Rio de Janeiro era tido como a metonímia do país e, portanto, a

---

<sup>38</sup> BRASIL. Congresso. *Nove mensagens presidenciais (1890/1910)*. Distrito Federal: Câmara dos Deputados; Centro de documentação e informação; Coordenação de publicações, 1978. Mensagem de Maio de 1903. p. 311.

tradução de sua imagem externa. Dessa nova imagem dependia o processo de captação de trabalhadores para a lavoura, em **crise de mão de obra** desde a abolição da escravidão. A imagem de uma cidade pestilenta e incivilizada dificultaria em muito a afirmação desse processo. Ainda, a elite republicana paulista, cujo ideólogo máximo era Alberto Sales, acreditava que o embranquecimento da raça deveria melhorar a composição étnica brasileira que, segundo acreditavam, era elemento decisivo na propulsão do progresso de um país. Se São Paulo era percebida como “locomotiva do progresso nacional”, o Rio de Janeiro, de forma oposta, aparecia como uma das principais razões do emperramento do progresso brasileiro. O Rio de Janeiro era tido como “cidade-passado”, óbice do desenvolvimento material nacional. Deveria ser regenerado para dar lugar à “nação-futuro” liderada pela elite política de São Paulo, arautos do progresso do país. A ideia que se transmitia era esta: resolvamos os problemas da Capital Federal que, assim, será permitido a São Paulo conduzir o Brasil ao progresso. O Rio de Janeiro aparecia aí como empecilho ao crescimento material do país, liderado pela cafeicultura paulista.

Em outra mensagem, esta datada de maio de 1904, Rodrigues Alves reforça a vinculação do progresso nacional com o desenvolvimento do Rio de Janeiro que, então, era tido como responsável pelo entrave ao progresso do país. Vejamos:

Tornou-se porém, em meu espírito inabalável a crença, felizmente generalizada, de que as forças econômicas do país não poderão ser eficazmente ativadas enquanto a capital da República não reunir as condições indispensáveis para constituir um centro poderoso de atração de braços e capitais, sem as suspeitas de insalubridade que, exageradas por uns e exploradas por outros vão, sem sentirmos, entorpecendo o nosso **desenvolvimento**.

Não era lícito adiar por mais tempo a sua execução sem comprometer seriamente os interesses políticos, comerciais e industriais do país [...].<sup>39</sup>

No seu texto Rodrigues Alves vincula novamente o país à capital, condicionando o desenvolvimento brasileiro aos melhoramentos, então em curso, na cidade do Rio de Janeiro. Dentro desta representação, o país dependeria de sua principal cidade a qual, uma vez regenerada, caberia o papel de atrair “braços e capitais”.

Por trás da vinculação criada pela elite paulista entre o progresso nacional e o desenvolvimento da capital, estava a ideia de que o Rio de Janeiro era o responsável pelas limitações ao progresso brasileiro. A utilização do termo "desenvolvimento nacional", mencionada na mensagem de 1903 poderia ser entendida como desenvolvimento da agricultura – sobretudo cafeicultura – paulista, da qual dependeria o crescimento econômico

---

<sup>39</sup> BRASIL, op. cit. p. 331-332. (grifo nosso).

nacional. Desta forma, Rodrigues Alves tratava o Estado brasileiro como o principal agente dessa transformação. Nesse processo transformador, os interesses de São Paulo apareciam como os interesses do “desenvolvimento nacional”, emperrados pelo Rio de Janeiro, representado como espaço do “atraso”, uma capital considerada indigna do Brasil.

Contudo, sendo a capital um obstáculo ao progresso, tal óbice deveria ser superado e, mesmo, convertido em fator de progresso. A Grande Reforma Urbana de 1903-1906 viria para regenerar a “cidade do atraso” e convertê-la ao progresso, tornando-a assim, ao mesmo tempo, um exemplo e um elemento propulsor do desenvolvimento material para todo o país.

Nos discursos da elite republicana, o progresso ganhava foros de entidade – “o progresso” – e seria possibilitado pela Grande Reforma Urbana operada no Rio de Janeiro. No entanto, o governo Rodrigues Alves pensava em não fazer mais do que criar as condições para que o progresso se desenvolvesse em compasso mais rápido, uma vez que se entendia que o movimento meta-histórico do progresso era uma lei inexorável a todos os povos. Segundo um analista autorizado pelo Presidente Rodrigues Alves a comentar o seu quadriênio em fins de 1906: “Não é, disse S. Ex.[o Presidente Rodrigues Alves], que as constituições dos povos possam escapar às leis do **progresso** e ao influxo da evolução [...]”<sup>40</sup>.

Com efeito, respaldado na inexorabilidade do movimento histórico do progresso, Rodrigues Alves punha-se a assumir o papel de seu promotor, com vistas a aproximar o Brasil das nações reconhecidas como civilizadas<sup>41</sup>. O Presidente entendia que sem a inserção do país na caudal do “progresso universal” o Brasil não ocuparia uma posição privilegiada no que se concebia como a “evolução do movimento histórico da civilização”. Haveria graus distintos de evolução histórica de uma civilização. Nessa hierarquia, eram reconhecidos pela elite brasileira como vanguarda deste movimento dois países: Inglaterra e França<sup>42</sup>.

Contudo, as elites dirigentes republicanas, na perspectiva de ver o desenvolvimento do progresso material do Brasil, percebiam a necessidade de melhorar a imagem do regime republicano diante dos brasileiros. Tal imagem já se encontrava desgastada nos treze primeiros anos do regime, na qual esteve associada à corrupção, negociatas e distanciamento para com as demandas populares, que se sentiam desprotegidas ante a

<sup>40</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Nove mensagens presidenciais (1890/1910)*. O Programa - Vista Geral da Administração. Distrito Federal: Câmara dos Deputados; Centro de documentação e informação; Coordenação de publicações, 1978. Mensagem de 1906. p. 390. (grifo nosso).

<sup>41</sup> Eram reconhecidas como tais as nações ricas da Europa e as da América Anglo-Saxônica, ainda que fossem percebidos níveis distintos no estágio daquilo que seria o “grau de civilização” entre estas nações.

<sup>42</sup> Segundo Needell, para os brasileiros desta época, civilização era a França e a Inglaterra. Cf. NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 49.

ausência da figura paternal do Imperador<sup>43</sup>. Assim, o resgate da imagem da nova forma de governo se impunha na agenda política do Presidente Rodrigues Alves. É o que podemos perceber pela “Vista Geral da sua Administração”, um balanço político autorizado pelo Presidente da República, provavelmente feito por um dos membros da elite política brasileira próximos a Rodrigues Alves, vejamos: “Estas duas aspirações do país se reúnem - recomposição material do território, recomposição moral do regime”<sup>44</sup>.

Entretanto, para a elite dirigente republicana, a civilização seria função do progresso, ou seja, somente poderia chegar-se a constituir uma civilização se o progresso de uma sociedade se encontrasse em “grau avançado”, pois o aperfeiçoamento de uma civilização seria o corolário lógico do desenvolvimento do progresso de um país. Ainda, o “progresso”, condição do desenvolvimento de uma civilização, era entendido pela elite dirigente republicana como desenvolvimento material – técnico e econômico. Vejamos essa ideia de progresso em algumas das mensagens do Presidente Rodrigues Alves: “Sem ser chegado ainda o momento das grandes expansões, já é todavia, lícito atender as mais urgentes necessidades do **progresso** na rede de estradas do norte da República e na ligação do sul e do centro à capital federal”<sup>45</sup>.

Neste discurso o termo “progresso” aparece associado ao desenvolvimento material da sociedade brasileira, no caso específico, às estradas de ferro, tipo de empreendimento que era tido na época como vanguarda e mesmo índice aferidor do progresso de um país. A referência a esse termo associado ao desenvolvimento material da sociedade brasileira é frequente nos discursos de Rodrigues Alves, como por exemplo na ocasião em que abordou o projeto de um novo código civil para a República: “Convirá também providenciar desde logo no sentido de ser revista a legislação comercial, de acordo com as doutrinas consagradas nesse código e os **progressos** da ciência mercantil”<sup>46</sup>.

Neste trecho, a utilização da designação plural de “progresso” é aplicada em função do desenvolvimento do conhecimento sobre o comércio, “ciência mercantil”, e das questões de regulamentação do progresso do comércio propriamente dito, um dos principais elementos da economia brasileira na época, portanto, uma dimensão das mais importantes da vida material do país.

Quando o Presidente da República faz alusão à Grande Reforma Urbana de 1903-1906 e às modificações no campo da economia e da engenharia que a reforma encetaria, a

---

<sup>43</sup> Cf. CARVALHO. *Os bestializados...* op. cit., p. 26.

<sup>44</sup> BRASIL, op. cit. p. 416.

<sup>45</sup> Ibid., p. 323. (grifo nosso).

<sup>46</sup> Ibid., p. 316. (grifo nosso).

utilização da palavra “progresso” aparece fundamentalmente ligada às transformações materiais, vejamos:

Quando em 15 de novembro de 1902, assumi o governo, tomei o compromisso formal de empenhar todos os meus esforços em prol dos grandes interesses nacionais [...]; cuidar, em suma, da vida econômica do país, e, especialmente, do saneamento e remodelação desta capital, como condição indispensável para que todos os elementos de **progresso** possam ser ativados eficazmente<sup>47</sup>.

Os “grandes interesses nacionais” aparecem aqui relativos ao desenvolvimento do “progresso” que, por sua vez, encontra-se associado à dimensão material da reforma, aos objetivos que se anuncia com ela pretender alcançar: a melhoria da “vida econômica do país” e do “saneamento e remodelação desta capital”, ambas ligadas à esfera do desenvolvimento material da sociedade.

Como tivemos ocasião de observar, durante o período monárquico, quando a elite política brasileira buscava designar a ideia de desenvolvimento material, a palavra mais usualmente aplicada era “prosperidade” e não o termo “progresso”, costumeiro para essa significação na República. No conjunto de significações da elite política imperial, este último não apresentava uma vinculação estreita com a noção de desenvolvimento material, designando o termo uma ideia de movimento de melhoria constante que se projetava adiante, relativo sobretudo a aspectos pertinentes à esfera da civilização.

### **A ideia de progresso através da imprensa na República, no período da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**

De forma distinta do Império, a noção de progresso que prevaleceu na República encontrava-se vinculada à ideia de desenvolvimento material, um fenômeno que se fez presente para além dos discursos do Presidente da República, podendo ser observado também em outros setores da sociedade. Uma fonte privilegiada para a percepção deste fato é a imprensa do Rio de Janeiro na época da Grande Reforma Urbana de 1903-1906, que ofereceu um amplo material no qual a palavra progresso aparece com relativa frequência. Nestes textos de jornais são frequentes a utilização da palavra progresso com o sentido de desenvolvimento material ou associada a esta ideia.

---

<sup>47</sup> BRASIL, op. cit. p. 377. (grifo nosso).

As próprias obras da Grande Reforma Urbana eram, não raro, aludidas como ações do “progresso”. Vejamos, por exemplo, uma crônica do poeta Olavo Bilac, onde faz uso do termo “progresso” para indicar a ação das reformas no Rio de Janeiro:

A Avenida já não é um sonho, e o povo já compreendeu que só o amam verdadeiramente aqueles que, em lugar de engambela-lo com discursos, querem dar-lhe saúde e vida decente, dando-lhe uma capital moderna e esplendida. Para ver como o povo já sente a extensão dos benefícios que lhe estão preparando o governo e a Prefeitura, basta lembrar a alegria com que se celebrou, há poucos dias, a queda da última das casinhas da rua Treze de Maio. Sustentada pela birra, escorada pela má vontade, ela era o último protesto contra o **progresso**. Isolada no meio da rua, como uma excrescência mórbida, o casebre indecente berrava contra a iniciativa do Prefeito; as suas vigas podres, os seus tecidos arrebatados, os seus portais carcomidos, as suas janelas tortas diziam: ‘não! Não saio daqui porque sou o passado, porque sou a fealdade, porque sou a treva, porque sou a imundice; não saio daqui, porque não admito o **progresso** [...]’ Chegou o dia em que a desapropriação por força da lei conseguiu obter o que não obtivera a persuasão. O torpe casebre caiu, e o povo correu a buscar uma banda de música, e triunfalmente passou e repassou sobre os destroços de monstros aniquilados, celebrando a vitória do ar e da luz [...]<sup>48</sup>.

O termo progresso, aqui utilizado em duas ocasiões por Bilac, representa a ação das obras públicas de construção – e demolição – civil. Mais uma vez, percebemos a palavra “progresso” indicando um movimento inexorável, completamente irresistível, contra o qual nada, nem ninguém pode pôr-se em oposição. O casebre que insistia em opor-se à torrente do “progresso” viu-se ao chão, pisado e humilhado por uma força maior.

O progresso era retratado por Bilac como uma manifestação gloriosa, uma exibição de força e soberba com a qual o poeta parecia se identificar e entusiasmar. Para Bilac, naquele momento histórico, o progresso eram as reformas urbanas, suas construções, suas obras e também suas demolições e arrasamentos.

No que diz respeito às obras públicas operadas pelas remodelações da cidade, a associação das mesmas com a ideia de “progresso” abundou na imprensa da época:

Não contestamos, nem tem sido contestado por ninguém, a utilidade dos melhoramentos realizados, e a executar na cidade e o embelezamento que se dê e que se procure dar as nossas velhas praças e tortuosas ruas. Sentimos e apreciamos o **progresso** e o conforto que resultam dessas obras públicas<sup>49</sup>.

Contudo, a noção de progresso como designação de um desenvolvimento material não se limita às obras públicas de construção civil propriamente ditas, ela também se aplica às

<sup>48</sup> BILAC, Olavo. Chronica. Gazeta de Notícias, 6 dez. 1903 apud BRENNNA, Giovanna Rosso Del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. (grifo nosso).

<sup>49</sup> GAZETILHA, Jornal do Comércio, 30 abr.1905 apud BRENNNA, op. cit. (grifo nosso).

tecnologias que eram introduzidas em novos pontos da cidade, como foi o caso da luz e da energia elétrica utilizada nas maquinarias do porto. Segundo o texto de *O Paiz*:

Mas não será tudo. Como compreende, todo o enorme serviço do cais será movido não a vapor, mas a eletricidade. Iluminação e força serão elétricas: a nova empresa as fornecerá.

Evidentemente, porém, não se poderia fazer toda essa transformação, deixando-se a cidade iluminada por esse péssimo gás que aí está. Isso será abolido.

O **progresso** é exigente. Não há **progresso** sem luz. Luz, mais luz! Não é o grito de um moribundo; é o reclamo imperioso de uma cidade que prospera.<sup>50</sup>

Relacionado ao desenvolvimento material, o progresso é aqui associado com a energia e a iluminação elétrica. O “progresso é exigente”, requer sempre novas tecnologias, novos avanços na área técnica, a fim de poder alimentar a sua constante necessidade de evolução e de, como traduz um dos sentidos da palavra: de melhoramento contínuo que se projeta adiante.

A associação da ideia de progresso com o desenvolvimento material da sociedade aparece também na comparação do Brasil com a Argentina, país com o qual a elite brasileira buscava disputar na época aquilo que seria a “liderança do progresso em âmbito sul-americano”. Vejamos como é retratado pelo articulista do *Jornal do Comércio* o que se considera como o “progresso da Argentina”:

Agora que tanto se fala na República Argentina, no grandioso surto que fez para o **progresso**, vem a pelo estabelecer um paralelo entre a República platina e o Brasil [...]. Vejamos as transformações operadas:

Em 1905, a Argentina surge no cenário do globo, transformada, louçã, em consórcio com o **progresso**. A sua produção monta a 70 milhões de libras, nesse mesmo ano de 1905. Transformou Buenos Aires em uma das capitais mais grandiosas e magníficas do mundo. Constrói portos, grandes estradas de ferro, inumeráveis estradas de rodagem, que são as artérias condutoras da seiva de um país. Organiza bancos que emprestam aos produtores e se tornam um fomento de **progresso** da cultura.<sup>51</sup>

Assim, o “progresso argentino” tem medida definida, são seus portos, suas estradas de ferro, seus bancos, suas estradas de rodagem e sua capital reformada, tudo que – segundo se considerava – o Brasil deveria ter para, ao menos, se equiparar ao país vizinho em matéria de progresso. Progresso aí tem um sentido muito claro: é desenvolvimento material.

No entanto, o trecho mais interessante do artigo é o seu final, quando o autor ao arrolar os fatores do “progresso argentino” – estradas de ferro, portos, bancos etc. – afirma

<sup>50</sup> A TRANSFORMAÇÃO da cidade, *O Paiz*, 18 out. 1904 apud BRENNNA, op. cit. (grifo nosso).

<sup>51</sup> GAZETILHA, *Jornal do Comércio*, 18 jul. 1906 apud BRENNNA, op. cit. (grifo nosso).

que aqueles “se tornam um fomento de **progressão da cultura**”. Assim, podemos perceber que, na República, é o progresso – entendido como desenvolvimento material – que conduz à civilização. É dos portos, das reformas urbanas, das estradas de ferro e dos bancos que derivam a cultura, cerne de uma civilização.

O Ministro da Viação, Obras Públicas, Comércio e Indústria, Lauro Müller, que idealizou a obra federal da Avenida Central, chegou a ser chamado pela imprensa de “gênio progressista”<sup>52</sup>, em uma clara alusão a sua vinculação a uma obra de destaque da engenharia civil, um empreendimento material. Da mesma forma, é notado o Presidente da República, Rodrigues Alves, pela iniciativa da Grande Reforma Urbana de 1903-1906, na ocasião da inauguração do obelisco no Largo de Sta. Luzia: “Exmo. Sr. Presidente - Quis a providência de Deus, que a vossa V. Ex. cumprisse o seu mandato cheio das suas bençãos e de **progresso** para a nossa amada pátria”<sup>53</sup>.

### **O redimensionamento da noção de progresso na República**

O governo do Presidente Rodrigues Alves marcou o apogeu da ideia de progresso durante a Primeira República. A cidade entusiasmada com a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro cantava loas à ação das picaretas federais que, distintamente do horizonte presente no período imperial, buscavam estabelecer o progresso pelo arrasamento do passado, um movimento que era visto como pré-requisito para a instauração do “progresso” na Capital Federal. A República deveria aniquilar as referências à Monarquia, à colonização portuguesa e ao período imperial, do contrário, o progresso não poderia se fazer valer, pois não aceitaria convívio com o que as elites políticas da República tinham como o “atraso” da história brasileira, ou seja, elementos que a seu juízo seriam óbices ao progresso.

O período republicano iria marcar três diferenças fundamentais ante a noção de progresso presente no período monárquico: em primeiro lugar, o progresso passava a ser mais do que um movimento para melhor ou pior, tal como nos dá nota um dos textos de dicionário que expusemos. Progresso agora passava a ganhar uma conotação eminentemente positiva, como um movimento sempre para melhor, uma melhoria continuada projetada adiante. Em segundo lugar, com o advento da República, o progresso se tornava mais do que um processo evolutivo no tempo apenas, embora também conservasse esse sentido. Em acréscimo a isso, agora passava a ganhar foros de entidade autônoma: “o progresso”, e não mais simplesmente

---

<sup>52</sup> ROSA, Ferreira da. Avenida Central, *Kósmos*, nov.1905 apud BRENNNA, op. cit.

<sup>53</sup> GAZETILHA, *Jornal do Comércio*, 15 nov.1906 apud BRENNNA, op. cit. (grifo nosso).

um movimento anexado a outro elemento: como, por exemplo, o progresso da civilização, o progresso da escolarização, ou o progresso das artes, ou da ciência. Com a República, o progresso tornou-se um valor per si e, mais ainda, o valor máximo a ser cultivado pelas elites políticas desse período. Em terceiro lugar, a ideia de progresso vigente na Primeira República, sobretudo no seu período de ápice, durante a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro no Governo de Rodrigues Alves, passou a obter um novo significado, o de crescimento material, a saber, o crescimento econômico e tecnológico, de implementação obras e de modernização. A noção de progresso enquanto desenvolvimento material respondia também à autonomização da ideia de progresso presente na República, pois ela estava vinculada à percepção do progresso como um ente autônomo, singular. Progresso seria o processo de modernização, ou seja, crescimento material.

Com esses três aspectos, a palavra progresso se transforma em seu campo semântico na República. O mesmo termo, novos significados. Se no período monárquico a ideia de progresso se encontrava subsumida a ideia de civilização, valor maior cultivado pela elite política imperial, no período republicano ela conquistaria autonomia ante essa ideia. Se no Império, progresso significava o movimento da civilização no tempo, o movimento de aspectos que lhe eram inerentes: educação, artes, ciência etc., na República progresso seria o desenvolvimento material que, na força de arrasto de sua torrente, facultaria o estabelecimento da civilização, da educação, das artes, da ciência, da civilidade, entre outras. Se em um período a ideia de progresso se encontrou subordinada àquela de civilização, no outro, foi a ideia de civilização que foi percebida como subordinada ao progresso.